

# GÊNERO, IDENTIDADE E DIVERSIDADE NA ESCOLA: DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ANTIDISCRIMINATÓRIA

*GENDER, IDENTITY AND DIVERSITY AT SCHOOL: CHALLENGES FOR INCLUSIVE AND ANTI-DISCRIMINATORY EDUCATION*

**Maria Sandra Soares da Silva**

Must University, Estados Unidos

**Verônica Teixeira Parreira**

Must University, Estados Unidos

**Andhréia Aparecida Gomes dos Santos**

Must University, Estados Unidos

**Grazielle Corrêa Ramos de Carvalho**

Must University, Estados Unidos

**Inajá Farias de França**

Must University, Estados Unidos

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/qbgxp882>

Publicado em: 30.06.2024

**Resumo:** O presente artigo teve como objetivo analisar os principais desafios enfrentados pelas instituições escolares para garantir uma educação inclusiva e antidiscriminatória no que tange às questões de gênero, identidade e diversidade. A pesquisa abordou o tema a partir de uma revisão bibliográfica, com base em três artigos científicos publicados entre 2020 e 2023, selecionados segundo critérios de relevância, atualidade e aderência à temática da Sociologia da Educação e dos Direitos Humanos. A metodologia consistiu na leitura integral dos textos, na organização temática dos dados e na análise crítica das proposições dos autores. Os resultados apontaram que, embora exista um aparato normativo que respalda o direito à diversidade de gênero, a escola ainda atua, em muitos casos, como agente reprodutor de práticas excludentes. Evidenciaram-se também experiências positivas de acolhimento, quando pautadas pela educação em direitos humanos e por práticas pedagógicas críticas. Concluiu-se que a superação das desigualdades de gênero no espaço escolar requer a reformulação dos currículos, a formação docente crítica e o fortalecimento das políticas institucionais de inclusão.

**Palavras-chave:** identidade de gênero; exclusão escolar; educação inclusiva; direitos humanos; formação docente.

**Abstract:** This article aimed to analyze the main challenges faced by schools in ensuring an inclusive and anti-discriminatory education concerning gender, identity, and diversity. The research addressed the theme through a bibliographic review based



on three scientific articles published between 2020 and 2023, selected according to relevance, timeliness, and alignment with the themes of Sociology of Education and Human Rights. The methodology involved the full reading of the texts, thematic organization of data, and critical analysis of the authors' arguments. The results indicated that, despite the existence of a legal framework supporting gender diversity rights, schools still often operate as spaces that reproduce exclusionary practices. Positive experiences of support were also highlighted when grounded in human rights education and critical pedagogical practices. It was concluded that overcoming gender inequalities in school settings requires curriculum reform, critical teacher education, and the strengthening of institutional inclusion policies.

**Keywords:** gender identity; school exclusion; inclusive education; human rights; teacher education.

## Introdução

As instituições escolares, historicamente organizadas segundo padrões normativos de comportamento, identidade e socialização, desempenharam papel central na reprodução ou no enfrentamento das desigualdades sociais. Nesse contexto, os temas relacionados a gênero, identidade e diversidade ocuparam lugar periférico nas políticas educacionais, permanecendo, em muitos casos, como elementos secundários nas práticas pedagógicas cotidianas. Apesar dos avanços legais e institucionais em defesa da pluralidade, a escola ainda se constituiu como espaço onde se manifestaram formas simbólicas e materiais de exclusão que atingiram, com particular intensidade, os sujeitos que não se conformaram à cisheteronormatividade.

A escolha pelo presente tema justificou-se pela necessidade de compreender os mecanismos que operam a discriminação de gênero nas instituições escolares e de refletir sobre os limites e possibilidades da atuação docente frente a essas violações. A invisibilização das identidades trans, o uso compulsório do nome civil, o bullying motivado por expressões de gênero dissidentes e a ausência de formação docente específica configuraram elementos que evidenciaram o caráter excludente do ambiente escolar. Ao mesmo tempo, experiências pontuais demonstraram que a escola pode funcionar como espaço de afirmação, desde que pautada por uma pedagogia crítica, inclusiva e ancorada nos princípios da educação em direitos humanos.

A partir desse panorama, formulou-se a seguinte questão norteadora: quais os desafios enfrentados pelas instituições escolares para promover uma educação inclusiva e antidiscriminatória no que tange às questões de gênero, identidade e diversidade?

Com base nessa indagação, o objetivo geral deste artigo consistiu em analisar, sob perspectiva teórico-analítica, os principais desafios enfrentados pela escola para garantir o direito à diversidade de gênero e identidade. Como objetivos específicos, buscou-se: a) examinar o papel da escola na reprodução ou enfrentamento das práticas discriminatórias; b) compreender as experiências escolares de estudantes com identidades de gênero dissidentes; e c) discutir a educação em direitos humanos como estratégia pedagógica de resistência à normatividade e promoção da equidade.

A metodologia adotada foi de natureza bibliográfica, com enfoque qualitativo, pautada na análise de três artigos científicos publicados entre 2020 e 2023, selecionados com base em critérios de atualidade, relevância temática e aderência à problemática da pesquisa. As buscas

foram realizadas por meio de bases de dados como o *Google Acadêmico* e o Portal de Periódicos da CAPES, utilizando combinações simples de palavras-chave entre aspas curvas e simples, como ‘gênero na escola’, ‘educação e diversidade sexual’, ‘direitos humanos e identidade de gênero’. A análise foi conduzida com base em fichamentos temáticos e categorização das ideias centrais.

Os principais autores que embasaram a reflexão foram Costa *et al.* (2023), Luz e Holanda (2022) e Moravia e Muylaert (2023), cujas contribuições permitiram mapear os pontos de tensão e as possibilidades de superação dos processos discriminatórios no ambiente escolar.

O artigo está organizado em cinco capítulos. O primeiro, A escola como espaço de reprodução ou enfrentamento da discriminação de gênero, analisa como a estrutura institucional da escola atua na legitimação ou na ruptura de práticas excludentes. O segundo, A identidade de gênero na experiência escolar: entre o silenciamento e a afirmação, discute as vivências dos sujeitos trans e não binários no espaço escolar. O terceiro capítulo, Educação em direitos humanos como estratégia de resistência e transformação, examina os marcos legais e pedagógicos que sustentam práticas educativas inclusivas. O capítulo seguinte, Resultados e análise dos dados, sintetiza as principais conclusões extraídas da análise bibliográfica, apontando os significados, limitações e implicações dos achados. Por fim, o capítulo Conclusão retoma as proposições centrais da pesquisa, destacando os objetivos alcançados e indicando caminhos para investigações futuras.

## Metodologia

A presente pesquisa caracterizou-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa, cujo objetivo foi compreender os desafios enfrentados pelas instituições escolares no tratamento das questões de gênero, identidade e diversidade, com base em produções acadêmicas recentes. Segundo Bloise (2020), “a clareza, a objetividade e o rigor conceitual são princípios fundamentais para a construção de um bom artigo científico, pois garantem a credibilidade das informações e o reconhecimento dos pares” (2020, p. 119). Assim, optou-se pela seleção e análise de textos acadêmicos que discutem a temática da diversidade sexual e de gênero na escola a partir de uma perspectiva crítica e fundamentada nos direitos humanos.

A investigação seguiu etapas definidas. Primeiramente, realizou-se o levantamento de produções científicas publicadas entre os anos de 2020 e 2023. Foram utilizados critérios de inclusão como: pertinência temática ao campo da Sociologia da Educação, discussão direta das categorias “gênero”, “diversidade” e “escola”, publicação em periódico científico e disponibilidade em acesso aberto. Excluíram-se materiais datados fora do recorte temporal, sem revisão por pares ou que não abordassem diretamente o contexto escolar. As buscas foram realizadas nas plataformas *Google Acadêmico* e no Portal de Periódicos da CAPES, reconhecido por sua abrangência e qualificação técnica, por meio de combinações simples de palavras-chave, delimitadas por aspas curvas e simples: ‘diversidade de gênero na escola’, ‘identidade de gênero e educação’, ‘educação antidiscriminatória’, ‘direitos humanos e escola’ e ‘educação e sexualidade’.

Foram selecionados três artigos científicos como corpus de análise: Costa *et al.* (2023), Luz e Holanda (2022) e Moravia e Muylaert (2023). A escolha desses textos considerou a atualidade da publicação, a centralidade do tema na abordagem dos autores e a contribuição teórica para a compreensão crítica da problemática investigada. Os textos foram lidos integralmente, e suas

informações organizadas por meio de fichamentos temáticos e identificação de trechos com maior densidade argumentativa.

Para sistematizar a análise, realizou-se a seleção de três tópicos centrais que emergiram do conteúdo dos artigos: a escola como espaço de reprodução ou enfrentamento da discriminação de gênero; a vivência da identidade de gênero na escola; e a educação em direitos humanos como possibilidade de transformação. A partir desses eixos, foram extraídas nove citações para cada capítulo (três de cada artigo), respeitando o limite de duas citações diretas longas por seção, e os demais trechos foram utilizados de forma direta e indireta.

Segundo Morón, Silva e Fialho (2023), “ao escrever um artigo, o estudante é desafiado a organizar seu raciocínio com clareza, fundamentar suas proposições em dados e teorias consistentes e respeitar os critérios éticos e formais da produção científica” (2023, p. 12), aspecto que orientou todo o percurso metodológico desta pesquisa. Para além da seleção de conteúdo, foi dada atenção à articulação crítica entre os textos, promovendo o diálogo entre os autores.

Complementarmente, Betty *et al.* (2023) indicam que, “mesmo nessa modalidade de ensino, a equipe docente e seus alunos(as) conseguiram assegurar alguns diferenciais [...] a construção de conhecimentos dos conteúdos de metodologia da pesquisa de forma aplicada, na qual a aprendizagem significativa é concretizada” (2023, p. 12), demonstrando que a sistematização rigorosa, mesmo em trabalhos não empíricos, favorece o avanço do conhecimento. Dessa forma, o percurso metodológico adotado permitiu construir uma análise fundamentada, com base em fontes qualificadas, possibilitando o alcance dos objetivos propostos e a resposta à problemática delineada.

## **A escola como espaço de reprodução ou enfrentamento da discriminação de gênero**

A instituição escolar ocupa um papel central na formação social e identitária de crianças e adolescentes. No entanto, ao invés de atuar como espaço de acolhimento e equidade, muitas vezes reproduz lógicas excludentes alicerçadas em concepções normativas de gênero. Moravia e Muylaert (2023) apontam que “a escola propicia que crianças e jovens formem suas primeiras interações sociais complexas fora do núcleo familiar, interagindo com grupos que possuem valores, crenças e visões de mundo distintos” (2023, p. 3), o que implica um campo de disputa simbólica sobre a legitimidade de determinadas identidades. Assim, quando essas interações não são mediadas por uma pedagogia voltada à diversidade, tende-se à reprodução de estigmas, preconceitos e violências, sobretudo contra estudantes que se desviam das normas cisheteronormativas.

Essa reprodução ocorre frequentemente sob a forma de omissão institucional. Luz e Holanda (2022) afirmam que “o modelo conservador de educação [...] contribui para a reprodução de violências machistas, sexistas, discriminação e homofobia no contexto escolar” (2022, p. 2). Nesse sentido, a escola deixa de cumprir sua função social prevista nos marcos legais, que exigem a promoção da dignidade, da cidadania e do reconhecimento da pluralidade. A falta de articulação entre o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e os dispositivos legais como a BNCC e o DCRC evidencia uma lacuna entre a teoria e a prática educativa, que compromete os direitos de sujeitos historicamente marginalizados.

Experenciemos, do clima tenso da violência urbana aos conflitos em sala de aula e na hora do intervalo, aos comportamentos que denunciam um claro predomínio do masculino sobre o feminino, expressados em situações de bullying por identidade de gênero, racismo, (gay/mulherzinha, sapatona/mulher-macho). Partes de conflitos complexos, causa da ‘indisciplina’ que tanto reclamam os(as) colegas professores(as) e gestão escolar, contudo, sem aprofundamento das questões conflitantes (Luz; Holanda, 2022, p. 4).

Vê-se que a omissão da gestão escolar diante de conflitos marcados por discriminações de gênero e orientação sexual, que são naturalizados como problemas disciplinares sem abordagem crítica. Costa *et al.* (2023) também identificam esse padrão, ao afirmar que a violência simbólica contra jovens LGBTQIAPN+ “não é apenas individual, mas estrutural, sendo mantida por instituições que silenciam ou neutralizam as vozes dissidentes” (2023, p. 17). A abordagem conservadora, portanto, perpetua a exclusão ao negar a legitimidade das identidades não normativas, reafirmando a escola como espaço de exclusão.

Por outro lado, há também pesquisas que identificam experiências de resistência dentro da própria escola. Segundo Moravia e Muylaert (2023), “as estratégias empregadas para combater a discriminação [...] revelam formas de enfrentamento que vão desde intervenções curriculares até ações de formação docente” (2023, p. 4). Luz e Holanda (2022) defendem a escola como locus de produção de conhecimento e empoderamento, ressaltando que é possível romper com a lógica da exclusão se houver intencionalidade pedagógica. Para isso, a articulação entre políticas públicas e práticas educativas deve ser reorientada a partir dos direitos humanos, da diversidade e da justiça social.

É imprescindível que a escola seja locus de empoderamento e atue com informações acerca desse amparo legal que asseguram direitos e articulam políticas de promoção de direitos e reparação das violações que acometem estudantes (e suas famílias) de diferentes origens, etnias e classes (Luz; Holanda, 2022, p. 5).

Assim a função transformadora da educação quando pautada por uma ética de reconhecimento e redistribuição. Assim, Costa *et al.* (2023) argumentam que a construção de uma escola inclusiva exige o enfrentamento das estruturas que naturalizam a desigualdade. Essa transformação não ocorre espontaneamente, mas a partir da formação de professores, da reescrita dos currículos e do compromisso institucional com práticas pedagógicas que questionem a normatividade de gênero.

Dessa forma, o enfrentamento à discriminação de gênero na escola depende da superação de sua estrutura normativa excludente e da promoção de uma educação que reconheça a diversidade como princípio pedagógico. A mudança institucional exige planejamento, articulação política e sensibilidade às demandas dos sujeitos historicamente oprimidos. Quando a escola assume tal responsabilidade, ela se torna um espaço de resistência, reconhecimento e transformação social.

## **A identidade de gênero na experiência escolar: entre o silenciamento e a afirmação**

As experiências escolares dos sujeitos que não se conformam com os padrões binários de gênero são frequentemente marcadas pelo silenciamento, pelo constrangimento institucional e pela negação do direito à identidade. No contexto escolar, a identidade de gênero é muitas vezes tratada como um desvio a ser corrigido, e não como expressão legítima da subjetividade. Como

ressaltam Moravia e Muylaert (2023), “a discriminação [...] interfere diretamente na capacidade dos indivíduos de exercer plenamente seus direitos humanos e liberdades fundamentais” (2023, p. 5). Tal constatação aponta para a relevância de considerar a escola como um dos principais vetores de produção de subjetividades e, ao mesmo tempo, como instância que reproduz desigualdades e legítimas exclusões.

Luz e Holanda (2022) destacam que o apagamento da diversidade de gênero nos espaços escolares ocorre tanto pela ausência de debates formais quanto pela recusa em reconhecer as violências simbólicas cotidianas. Segundo as autoras, “há pouca ou nenhuma abertura para tratar do assunto gênero e diversidade sexual nas escolas. O silêncio que habita esses espaços ainda fala muito mais do que as poucas palavras ditas sobre o tema” (2022, p. 3). Esse silêncio institucional contribui para a manutenção de uma cultura escolar excludente e insegura para estudantes trans, não binários e dissidentes da normatividade.

Desde cedo, esses/as estudantes convivem com o não reconhecimento de suas identidades, sendo obrigados/as a se adaptar às expectativas cisnormativas, seja na escolha do nome nos documentos escolares, no uso de banheiros, ou nas abordagens docentes que insistem em apagar suas existências. A escola, nesses casos, deixa de ser um espaço de proteção para se tornar um campo de batalha constante (Costa *et al.*, 2023, p. 11).

Esse cenário revela o caráter estrutural da exclusão de estudantes trans e a negligência da escola em assumir sua função como promotora dos direitos humanos. O uso compulsório do nome civil, por exemplo, constitui uma forma de violência simbólica, que reforça o apagamento identitário. Moravia e Muylaert (2023) acrescentam que essas práticas discriminatórias “não se limitam a atos isolados, mas estão intrinsecamente ligadas às estruturas sociais, econômicas e políticas que servem como ferramentas de dominação e manutenção do poder” (2023, p. 5). A escola, portanto, ao omitir-se diante da diversidade de gênero, alinha-se a uma lógica normativa que exclui aqueles que desafiam seus paradigmas.

Por outro lado, há experiências escolares que indicam possibilidades de afirmação identitária. Luz e Holanda (2022) mencionam projetos pedagógicos que incorporam a diversidade como eixo transversal do currículo, promovendo espaços de escuta e reconhecimento. Essas ações se baseiam em princípios da educação em direitos humanos e exigem formação continuada para que docentes compreendam a importância de práticas pedagógicas inclusivas. Costa *et al.* (2023) reforçam essa perspectiva ao afirmar que “o reconhecimento das identidades de gênero no ambiente escolar contribui diretamente para a permanência, a autoestima e a saúde emocional dos jovens” (2023, p. 18), indicando que o acolhimento identitário não é apenas um direito, mas uma condição para a aprendizagem.

Adolescentes trans e não binários que encontraram apoio de professores(as), coordenação e colegas relataram melhor desempenho escolar, menor evasão e maior envolvimento em atividades acadêmicas e culturais. Essa rede de apoio, ainda que restrita, é decisiva para garantir a permanência desses sujeitos na escola e a possibilidade de construção de um projeto de vida digno (Costa *et al.*, 2023, p. 20).

A citação evidencia a importância das redes de apoio institucionais para a construção de experiências escolares positivas. Quando a escola assume a diversidade de gênero como pauta pedagógica, ela transforma relações, fortalece vínculos e promove justiça social. Moravia e Muylaert (2023) sustentam que “a compreensão aprofundada do fenômeno da discriminação

no contexto escolar exige a análise de suas formas sutis e, muitas vezes, não compreendidas” (2023, p. 4), o que implica, necessariamente, o enfrentamento das omissões institucionais que perpetuam o sofrimento psíquico e social de estudantes dissidentes de gênero.

Assim, a experiência escolar de sujeitos trans e não binários permanece tensionada entre o silenciamento normativo e a possibilidade de afirmação identitária. Superar essa tensão requer a reformulação das práticas pedagógicas, dos documentos institucionais e da formação docente, para que a escola seja, de fato, um espaço de reconhecimento e pertencimento. O reconhecimento das identidades de gênero, portanto, não constitui concessão, mas dever ético e pedagógico da educação pública comprometida com a democracia e os direitos humanos.

### **Educação em direitos humanos como estratégia de resistência e transformação**

A educação em direitos humanos constitui um instrumento político-pedagógico essencial à construção de uma escola democrática, inclusiva e comprometida com a justiça social. No entanto, sua implementação efetiva ainda esbarra em obstáculos estruturais, como a ausência de formação docente crítica, o distanciamento entre os documentos legais e as práticas escolares, e a resistência de setores conservadores da sociedade. Conforme Luz e Holanda (2022), “a escola ainda permanece distante de um projeto político-pedagógico que articule direitos humanos, gênero e diversidade sexual de forma integrada e efetiva” (2022, p. 4), indicando a urgência de transformar tais diretrizes em ação concreta.

Costa *et al.* (2023) destacam que a ausência de articulação entre os discursos legais e as vivências escolares “faz com que o ensino da igualdade de gênero se restrinja ao plano normativo, sem alcançar a cultura institucional” (2023, p. 14). Essa dissociação compromete o papel pedagógico da escola como espaço de formação crítica. Para enfrentar essa lacuna, torna-se necessário incorporar, no currículo escolar, temáticas que abordem as desigualdades sociais, os direitos das populações marginalizadas e os conflitos éticos que atravessam o cotidiano escolar.

Algumas leis garantem reparações para mais de um desses segmentos, considerando múltiplas vulnerabilidades, violações e intersecções (opressões étnico-raciais, de gênero e de classe), exigindo respostas articuladas em várias políticas. É imprescindível que a escola seja lócus de empoderamento e atue com informações acerca desse amparo legal que asseguram direitos e articulam políticas de promoção de direitos e reparação das violações que acometem estudantes (e suas famílias) de diferentes origens, etnias e classes (Luz; Holanda, 2022, p. 5).

A citação ressalta a função social da escola como espaço de formação cidadã e garante de direitos. Ao reconhecer a intersecção entre desigualdades, a educação em direitos humanos amplia a compreensão sobre as dinâmicas de exclusão e propõe caminhos de superação. Moravia e Muylaert (2023) argumentam que “o currículo e as práticas escolares devem ser atravessados por uma ética de reconhecimento que assegure a dignidade de todos os sujeitos, especialmente os mais vulneráveis” (2023, p. 6), o que pressupõe o rompimento com lógicas pedagógicas excludentes e autoritárias.

Luz e Holanda (2022) alertam que, mesmo com a presença de leis como a 10.639/03, que estabelece o ensino de história e cultura afro-brasileira, e da Resolução nº 12/2015, que assegura o direito ao nome social, “muitas escolas ainda se esquivam de abordar tais temas, seja por desconhecimento, seja por resistência ideológica” (2022, p. 3). Isso reforça a necessidade de

ações formativas voltadas aos profissionais da educação, não apenas para difundir o conteúdo legal, mas para estimular uma postura ética de enfrentamento às desigualdades.

A aposta na educação como prática de liberdade, parafraseando nosso mestre Paulo Freire, pode ser traduzida na educação em direitos humanos como sua práxis cotidiana, buscando romper com a cultura do machismo que aprisiona as mulheres e a população LGBTQIAP+, uma vez que, com esforços permanentes e contínuos de empoderamento podemos criar e fortalecer uma cultura de direitos e dignidade dentro e fora da escola (Luz; Holanda, 2022, p. 5).

Essa concepção freiriana da educação como prática libertadora está presente também em Costa *et al.* (2023), que identificam a valorização das vivências estudantis como ponto de partida para a construção de um currículo inclusivo. Os autores destacam que, “quando há escuta e acolhimento, a escola se transforma em território de resistência, onde o aprendizado ultrapassa os limites dos conteúdos formais” (2023, p. 16). Essa abordagem implica o reconhecimento do educando como sujeito de direitos, capaz de transformar sua realidade a partir do acesso ao conhecimento crítico e emancipatório.

Por fim, Moravia e Muylaert (2023) enfatizam que a implementação da educação em direitos humanos exige um trabalho contínuo e coletivo, “capaz de promover a construção de uma cultura institucional orientada pela equidade e pela diversidade” (2023, p. 7). Tal compromisso não pode ser delegado exclusivamente à gestão escolar ou a setores específicos da comunidade educativa. Ao contrário, demanda a participação ativa de todos os atores escolares – professores, estudantes, familiares e gestores – na construção de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem a pluralidade dos sujeitos.

Assim, a educação em direitos humanos se consolida como estratégia pedagógica indispensável à promoção de uma escola crítica, democrática e inclusiva. Para além dos marcos legais, sua efetivação depende da reconfiguração das práticas cotidianas, da formação ética e crítica dos profissionais da educação e da construção de espaços de escuta e diálogo que deem visibilidade às vozes historicamente silenciadas.

## Resultados e análise dos dados

A análise do corpus bibliográfico permitiu identificar três eixos centrais de tensão e possibilidade relacionados à presença das temáticas de gênero, identidade e diversidade no contexto escolar: a manutenção de práticas discriminatórias institucionalizadas, os processos de invisibilização das identidades dissidentes e as possibilidades de transformação pedagógica ancoradas na educação em direitos humanos. Esses eixos demonstram que o debate sobre diversidade de gênero nas escolas não se limita à discussão de conteúdos, mas envolve disputas simbólicas, culturais e políticas que afetam diretamente as trajetórias escolares de sujeitos marginalizados.

Concluiu-se que a escola, embora amparada por dispositivos legais que asseguram os direitos à diversidade, ainda atua de forma ambígua: ora reproduzindo lógicas normativas de exclusão, ora abrindo espaço para iniciativas pedagógicas contra-hegemônicas. Essa duplicidade revela a fragilidade das políticas públicas de enfrentamento à discriminação de gênero quando não acompanhadas de formação docente crítica e de práticas institucionais coerentes com os princípios da equidade e da justiça social.

Os dados também apontam que experiências escolares marcadas pelo acolhimento e pelo reconhecimento identitário produzem efeitos positivos na permanência, no desempenho e na autoestima dos estudantes LGBTQIAPN+. A escuta qualificada, o uso do nome social, a formação continuada dos docentes e a construção de projetos pedagógicos orientados pela educação em direitos humanos figuram como práticas com potencial transformador. Isso confirma os achados de outras pesquisas na área, que apontam a centralidade do ambiente escolar na mediação das desigualdades sociais e na formação de subjetividades.

Entretanto, identificaram-se limitações importantes no alcance dessas práticas. Primeiramente, sua disseminação ainda ocorre de maneira pontual e restrita, muitas vezes associada à iniciativa de professores isolados e sem respaldo institucional. Em segundo lugar, as ações voltadas à diversidade são frequentemente encaradas como complementares e não estruturantes do currículo, o que compromete sua eficácia e sustentabilidade. Por fim, a resistência de setores conservadores dentro e fora da escola, bem como a ausência de políticas públicas integradas, limitam o impacto das iniciativas existentes.

Alguns achados mostraram-se inconclusivos ou contraditórios. Por exemplo, em determinados contextos escolares, houve relatos simultâneos de práticas de acolhimento e de episódios de discriminação por parte dos mesmos agentes escolares, evidenciando que a construção de uma cultura inclusiva ainda é parcial e tensionada. Essa contradição pode ser explicada, conforme sugerem autores da área, pela ausência de diretrizes institucionais claras e pela insuficiência da formação docente no que se refere às questões de gênero e diversidade.

Diante dessas constatações, recomenda-se que novas investigações aprofundem a análise sobre os impactos da formação docente inicial e continuada nas práticas pedagógicas voltadas à diversidade. Além disso, sugere-se o desenvolvimento de estudos empíricos que investiguem a implementação da educação em direitos humanos em diferentes contextos escolares, considerando suas potencialidades e limites. Outra lacuna identificada refere-se à análise interseccional das desigualdades, que contemple as articulações entre gênero, raça, classe e território nas experiências escolares de estudantes marginalizados.

## **Conclusão**

O presente estudo permitiu compreender os principais desafios e possibilidades para a construção de uma educação inclusiva e antidiscriminatória no contexto escolar, com ênfase nas questões de gênero, identidade e diversidade. A partir da análise bibliográfica de três produções acadêmicas recentes, foi possível identificar que, embora exista um arcabouço legal que respalda o direito à diversidade, a realidade escolar ainda é marcada por práticas normativas, silenciamentos e resistências institucionais que inviabilizam o reconhecimento pleno das identidades dissidentes.

A questão norteadora do trabalho – sobre como a escola lida com a diversidade de gênero e os desafios para uma educação inclusiva – foi respondida por meio da identificação de três dimensões centrais: a reprodução institucional da discriminação, os obstáculos à afirmação da identidade de gênero e o potencial emancipatório da educação em direitos humanos. Os objetivos propostos foram alcançados, uma vez que se conseguiu: a) mapear os mecanismos de exclusão e silenciamento presentes nas escolas; b) analisar as implicações pedagógicas da não

validação das identidades de gênero; e c) destacar práticas educativas que articulam currículo, formação docente e justiça social.

Constatou-se que, apesar da presença de algumas experiências inovadoras e acolhedoras, a maioria das instituições educacionais ainda carece de diretrizes concretas que assegurem a inclusão de sujeitos LGBTQIAPN+. A ausência de ações pedagógicas articuladas, a insuficiência de formação docente crítica e o distanciamento entre os documentos normativos e as práticas escolares evidenciam a necessidade de reorganização estrutural e política no interior da escola.

Com base nas lacunas identificadas, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem o estudo sobre as condições de implementação da educação em direitos humanos nas redes públicas de ensino, bem como a análise da formação inicial de professores no que se refere ao enfrentamento das desigualdades de gênero. Também seria pertinente desenvolver investigações que articulem as dimensões de gênero, raça e classe na construção das trajetórias escolares de estudantes vulnerabilizados, a fim de subsidiar políticas públicas mais integradas e eficazes.

## Referências

BETTY, C. B.; FERREIRA-GERAB, I.; SEIFFERT, O. M. L. B.; PRUDÊNCIO, S. N. O ensino da metodologia da pesquisa científica – entrelaçando modalidades, metodologias e cenários de ensino-aprendizagem. *Educ@ – Revista da Rede Interação*, v. 21, e61629, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2023v21e61629>. Acesso em: 12 março. 2024.

BLOISE, D. M. A importância da metodologia científica na construção da ciência. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v. 6, n. 6, p. 105–122, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/metodologia-cientifica>. Acesso em: 12 março. 2024.

COSTA, L. N. et al. A participação do contexto sociocultural na construção da identidade de gênero dos jovens. 2023. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/373000972\\_A\\_PARTICIPACAO\\_DO\\_CONTEXTO\\_SOCIOCULTURAL\\_NA\\_CONSTRUCAO\\_DA\\_IDENTIDADE\\_DE\\_GENERO\\_DOS\\_JOVENS](https://www.researchgate.net/publication/373000972_A_PARTICIPACAO_DO_CONTEXTO_SOCIOCULTURAL_NA_CONSTRUCAO_DA_IDENTIDADE_DE_GENERO_DOS_JOVENS). Acesso em: 12 março. 2024.

LUZ, M. da S.; HOLANDA, V. M. de S. de. Educação em direitos humanos, gênero e diversidade sexual na escola. 11 fev. 2022. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/6356/1/MARILEIDE%20DA%20SILVA%20LUZ%20.pdf>. Acesso em: 12 março. 2024.

MORAVIA, M.; MUYLAERT, M. B. Discriminação no contexto escolar brasileiro: revisão da produção científica (2010–2023). *Cadernos de Pesquisa*, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/download/11288/5209/62058>. Acesso em: 12 março. 2024.

MORÓN, S. V. L.; SILVA, M. P.; FIALHO, J. R. Metodologias ativas como instrumento de formação acadêmica e científica no ensino em Ciências do Movimento. *Educação e Pesquisa*, v. 49, e5299, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349255299>. Acesso em: 12 março. 2024.